



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5007434-16.2018.4.04.7003/PR

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO

APELANTE: GESSICA LARANIAGA GOMES CAPRIOTI (IMPETRANTE)

APELADO: PRESIDENTE - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/PR - CURITIBA (IMPETRADO)

APELADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/PR (INTERESSADO)

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA). ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA QUE CURSA, CONCOMITANTEMENTE, PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO. NEGATIVA DE REGISTRO À FORMAÇÃO ESPECIALIZADA. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. O CREA entende que a pós-graduação em engenharia de segurança do trabalho é destinada aos profissionais já formados em engenharia ou arquitetura, ou seja, àqueles que já portam certificado de conclusão de tais cursos.

2. Se a instituição de ensino superior autorizou aluno seu da engenharia a cursar, concomitantemente, a graduação e a pós-graduação em engenharia de segurança do trabalho, não é razoável que, depois de concluída esta, o CREA negue-lhe validade, de modo a exigir do estudante que faça novamente as disciplinas da especialização anteriores à conclusão do curso de graduação.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, dar provimento à apelação e à remessa necessária, nos termos da fundamentação supra, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 13 de maio de 2019.

Documento eletrônico assinado por **ROGERIO FAVRETO, Desembargador Federal Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001063356v3** e do código CRC **a690f79a**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROGERIO FAVRETO
Data e Hora: 13/5/2019, às 18:27:4

5007434-16.2018.4.04.7003

40001063356 .V3



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5007434-16.2018.4.04.7003/PR

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO

APELANTE: GESSICA LARANIAGA GOMES CAPRIOTI (IMPETRANTE)

ADVOGADO: ROGÉRIO BLANK PEREIRA (OAB PR046395)

APELADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/PR (INTERESSADO)

APELADO: PRESIDENTE - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/PR - CURITIBA (IMPETRADO)

ADVOGADO: JANAÍNA ADAMSHUK SILVA BROSE (OAB PR042045)

RELATÓRIO

Trata-se de mandado de segurança impetrado objetivando comcessão de segurança para reconhecer o direito do impetrante de obter registro profissional junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA/PR, em engenharia de segurança do trabalho.

Sentenciando, o MM. Juiz assim decidiu:

Diante do exposto, denego a segurança, julgando extinto o processo, com resolução do mérito (art. 487, I, CPC).

Custas pela Impetrante (isenta, art. 4º, II, Lei 9.289/96). Sem honorários (artigo 25 da Lei n.º 12.016/2009).

3.1. Verbas Indenizatórias (§ 2º do art. 82 e art. 84 do NCPC):

O novo CPC seguiu o princípio da reparação integral, determinando que o vencido pague ao vencedor as despesas que antecipou (§ 2º do art. 82). O art. 84 cita como despesas as custas, indenização de viagem, remuneração do assistente técnico e diária de testemunhas.

Parece óbvio que a lista do art. 84 é simplesmente exemplificativa, pois outras despesas indispensáveis ao processo poderão ocorrer, não devendo ficar sem reparação ou indenização, sob pena de descumprimento do princípio estampado no §2º do art. 82 e ferimento do devido processo legal substantivo.

A lista do art. 84 deixou de fora, por exemplo, a maior despesa que o jurisdicionado tem para realizar seu direito no Judiciário, os honorários pagos ao seu advogado. Essa despesa não pode ficar sem razoável indenização, sob pena do processo ficar defeituoso e o Judiciário injusto.

O STF, em decisão Plenária (RE 384.866 Goiás), explicitando o princípio do acesso ao Judiciário, proclamou que, tendo em vista a "garantia constitucional relativa ao acesso ao Judiciário - inciso XXXV do art. 5ª da Carta de 1988 - é conducente assentar-se, vencedora a parte, o direito aos honorários advocatícios."

Não é certo que o jurisdicionado, vindo ao Judiciário para fazer valer seu direito, mesmo tendo seu pleito reconhecido, saia com prejuízo do valor gasto com seu advogado. Também não é razoável e nem mesmo racional que o jurisdicionado vencedor tenha que propor um outro processo para receber despesa do processo anterior.

Lei corporativa (arts. 22 e 23, Lei 8906/94) tomou a verba indenizatória do vencedor do processo (art. 20 do CPC de 1973). A desconformidade foi institucionalizada (art. 85 do CPC). Entretanto, o direito permanece difuso no ordenamento jurídico (arts. 399, 404 e 206, §5º, III, do Código Civil) e habita a casa da justiça, necessitando apenas de pequenos impulsos de esperança para transparecer e realizar-se.

A regra do § 2º do art. 82 do novo CPC, determinando que a sentença condene o vencido a pagar as despesas do processo, é impositiva e dirigida ao Juiz, dispensando a necessidade de pedido de indenização das despesas decorrentes do processo.

Nesse novo quadro, considerando que: (1) os honorários de sucumbência foram transferidos (art. 85) para o advogado - além dos honorários contratuais; (2) a regra do § 2º do art. 82 é impositiva e dirigida ao Juiz, dispensando a necessidade de pedido; (3) os arts. 399, 404 e 206, §5º, III, do Código Civil indicam o reembolso de honorários e; (4) o sentido da decisão do Plenário do STF acima citada (acesso ao Judiciário - direito do vencedor aos honorários), condeno a parte impetrante (vencida) a pagar ao CREA/PR (vencedor) uma indenização de honorários, a qual arbitro em R\$500,00, a título de reembolso razoável, devidamente atualizados pelo IPCA-E a partir desta data, mais juros de mora simples equivalentes aos aplicáveis aos depósitos de poupança, a contar do trânsito em julgado.

Considerando que a parte impetrante é beneficiária da justiça gratuita, o pagamento da verba indenizatória ora fixada ficará sobrestado enquanto subsistir o seu estado de hipossuficiência econômica, devendo ser observado o disposto no art. 98, § 3º, NCPC.

Havendo recurso(s) de apelação desta sentença, intime-se o recorrido para apresentar as contrarrazões, no prazo legal (artigo 1.010, § 1º, do CPC). Após, remetam-se ao eg. TRF da 4ª Região, com as homenagens de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Irresignada, a parte autora. Sustentou, em síntese, que teve restringido o livre exercício profissional, pois, no momento em que realizou seu requerimento, houve inércia do CREA/PR em realizar o registro profissional de pós-graduada em Engenharia de Segurança do Trabalho. Posteriormente, ao apreciar o pedido, o órgão entendeu que a

profissional não se enquadrava em todos os requisitos exigidos na Lei nº 9.394/1996, visto que a mesma só poderia ter cursado pós-graduação após ter sido diplomada em curso de graduação, razão pela qual indeferiu o pedido da apelante. Pleiteou reforma total da sentença.

Com as contrarrazões, vieram os autos para julgamento.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento da apelação.

É o relatório.

VOTO

Mérito

A impetrante, graduada em Engenharia Sanitária e Ambiental, pretende o registro do seu curso de pós-graduação (especialização) em Engenharia de Segurança do Trabalho junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA/PR, bem como a expedição da carteira profissional.

De acordo com as informações prestadas pela autoridade impetrada: (i) a impetrante colou grau como Engenheira Sanitarista e Ambiental em data de 05/02/2016, no Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR, data posterior ao ingresso no curso de pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, realizado entre 30/08/2014 e 29/09/2016; (ii) de acordo com o art. 44, inciso II, da Lei nº 9.394/1996, art. 1º, § 3º da Resolução nº 1/2007 do Conselho Nacional de Educação/CES e Parecer CNE/CES nº 2/2007, a premissa para a realização de um curso de pós-graduação é possuir um diploma em curso de graduação, o que não ocorreu com a impetrante, já que iniciou o curso de especialização dois anos antes de possuir um diploma de curso superior.

Primeiramente, cumpre anotar o que dispõe o artigo 1º, inciso I, da Lei 7.410/85:

Art. 1º - O exercício da especialização de Engenheiro de Segurança do Trabalho será permitido exclusivamente:

I - ao Engenheiro ou Arquiteto, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, a ser ministrado no País, em nível de pós-graduação;

No caso, houve autorização por parte da instituição de ensino superior para que o impetrante cursasse, concomitantemente, a graduação e a pós-graduação. Se por ele não estavam preenchidos os

requisitos para o ingresso no curso de pós-graduação (porque à época em que iniciada a especialização ainda era um estudante de graduação), a negativa deveria ter partido da própria instituição de ensino; postura que, por algum motivo, não foi tomada.

Fato é que, concluída a pós-graduação, negar validade à formação especializada do impetrante - de modo a exigir-lhe que faça novamente as disciplinas do período controvertido - não é razoável. Seria impor-lhe encargo indevido.

Como bem assinalado pelo Ministério Público Federal, não se está a incorrer em alteração dos requisitos necessários para formação educacional, mas sim procedendo ao ajuste em concreto das situações que fogem ao habitual curso dos fatos.

Adoto como razões de decidir, os argumentos tecidos pelo Ministério Público Federal em seu parecer, *in verbis*:

(...)

O CREA/PR entendeu por indeferir o pedido de registro formulado, sob o fundamento de que o diploma de conclusão do referido curso foi obtido de forma ilegal, pois a pós-graduação foi cursada de forma concomitante com a graduação. Porém o CREA/PR não questiona a autorização para funcionamento e a regularidade do curso em questão. Assim, se o curso está devidamente autorizado e se encontra regular, não é possível ao CREA/PR negar vigência ao diploma de especialista obtido pela impetrante. Ademais, o Centro Universitário é entidade independente e possui plena autonomia para convalidação de atos, conforme se verifica no processo 23000.016176/2006-82, em que o Conselho Nacional de Educação (evento 25) assim se manifestou: Ademais, consoante se verifica dos diplomas juntados aos Autos, a Apelante concluiu regularmente a pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho (conclusão em 29/09/2016) após a colação de grau no curso de Engenharia Sanitária e Ambiental (05/02/2016), o que comprova mais uma vez que está sendo impedida ilegalmente o exercício de sua profissão. Decisões anteriores da Câmara de Educação Superior deste Conselho Nacional de Educação estão em acordo com a conclusão apresentada pela SESu:MEC. Por oportuno, registro que as prerrogativas de autonomia didático-científica conferidas aos Centros Universitários pela legislação vigente permitem que as decisões relativas à convalidação de estudos pleiteada sejam tomadas no âmbito de seus próprios órgãos deliberativos, sem necessidade de solicitação na forma da presente. Outrossim, resta claro que as atribuições de fiscalização e instrução de cursos de graduação e de pós-graduação são exclusivas do Ministério da Educação e seus órgãos específicos, como o Conselho Nacional de Educação, não competindo em nenhum momento aos conselhos profissionais exercerem papel expressamente atribuído àquele Ministério. Com a devida formalização e registro da impetrante no curso de pós-graduação, não havia motivos pelos quais a mesma deveria imaginar que ocorreriam problemas, visto que as formalidades burocráticas foram realizadas e a pós-graduação cursada de boa-fé e em sua totalidade. Assim, se a própria instituição de ensino permitiu que a mesma cursasse a pós-graduação, não seria razoável negar-lhe os efeitos do diploma após concluído o curso. Devendo se destacar que a conclusão da pós-graduação se deu depois da graduação, ainda que cursada em algum momento de

forma concomitante.

Assim, verifica-se que a impetrante possui o direito líquido e certo de ser inscrita no CREA/PR e, conseqüentemente, de não ser impedida de exercer a profissão para a qual se especializou. Nesta seara, os seguintes julgados oriundos desse egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA). ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA QUE CURSA, CONCOMITANTEMENTE, PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO. NEGATIVA DE REGISTRO À FORMAÇÃO ESPECIALIZADA. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. O CREA entende que a pós-graduação em engenharia de segurança do trabalho é destinada aos profissionais já formados em engenharia ou arquitetura, ou seja, àqueles que já portam certificado de conclusão de tais cursos. 2. Se a instituição de ensino superior autorizou aluno seu da engenharia a cursar, concomitantemente, a graduação e a pós-graduação em engenharia de segurança do trabalho, não é razoável que, depois de concluída esta, o CREA negue-lhe validade, de modo a exigir do estudante que faça novamente as disciplinas da especialização anteriores à conclusão do curso de graduação. (TRF4 5009368-41.2016.4.04.7209, TERCEIRA TURMA, Relatora GABRIELA PIETSCH SERAFIN, juntado aos autos em 27/09/2017) ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CREA. CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA ENGENHEIRO ELÉTRICO BACHARELADO. REQUERIMENTO DE REGISTRO PERANTE O CONSELHO. POSSIBILIDADE. Constando expressamente do certificado de conclusão do curso, bem como da certidão de colação de grau, que impetrante se formou no Curso de Engenharia Elétrica - Bacharelado e que no 9º semestre da graduação cursou a disciplina de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia, na qual obteve aprovação com 9,60 pontos, inexistindo qualquer justificativa válida que impeça o CREA/RS de habilitá-lo na formação pretendida, com o respectivo registro de Engenheiro Elétrico. (TRF 4ª R.; AC 5044576-88.2017.4.04.7100; RS; Terceira Turma; Relª Desª Fed. Vânia Hack de Almeida; Julg. 05/06/2018; DEJF 11/06/2018).

No mesmo sentido que decidiu esse egrégio Tribunal no julgamento do Agravo de Instrumento nº 5029419-98.2018.4.04.0000 interposto pela apelante do indeferimento da liminar: ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CURSO DE GRADUAÇÃO REALIZADO CONCOMITANTEMENTE À PÓS-GRADUAÇÃO. NEGATIVA DE REGISTRO DA ESPECIALIZAÇÃO. CREA. PEDIDO LIMINAR. 6 1. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos suficientes que atestem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, nos termos do disposto no artigo 300 do CPC. 2. Não é razoável que seja negada validade à pós-graduação realizada, por autorização da Instituição de Ensino, parcialmente em concomitância com o curso de graduação, exigindo-se do estudante, após aprovado, que faça novamente as disciplinas cursadas durante esse período para obter registro da especialização. (TRF4 – AGI – 5029419-98.2018.4.04.0000/PR - Rel. ROGERIO FAVRETO – Pub. 24/10/2018) Portanto, no presente caso, constata-se que a impetrante possui o certificado de conclusão do curso expedido por entidade regularmente reconhecida, razão pela qual não poderia o Presidente do CREA/PR, autoridade impetrada, negar o direito líquido e certo da impetrante, em obter o registro junto ao referido órgão de classe. Destarte, a reforma da sentença é medida que se impõe.

(...)

Sendo assim, a sentença deve ser reformada.

Honorários advocatícios

Sem honorários (artigo 25 da Lei n.º 12.016/2009).

Conclusão

Resta reformada a sentença.

Restam prequestionados, para fins de acesso às instâncias recursais superiores, os dispositivos legais e constitucionais elencados pelas partes.

Dispositivo

Ante o exposto, voto por **dar provimento à apelação e à remessa necessária**, nos termos da fundamentação supra.

Documento eletrônico assinado por **ROGERIO FAVRETO, Desembargador Federal Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001062729v6** e do código CRC **a9eeee4**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ROGERIO FAVRETO
Data e Hora: 13/5/2019, às 18:27:4

5007434-16.2018.4.04.7003

40001062729 .V6